

6º COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS (CEMARX – 2009)

GT 02 – OS MARXISMOS

**O PERCURSO POLÍTICO DO MARXISMO DE JOÃO BERNARDO  
(PORTUGAL / FRANÇA / BRASIL: 1965 – 1991)**

João Alberto da Costa Pinto (Professor Doutor – Universidade Federal de Goiás)

Apresento nesta oportunidade uma breve notícia sobre o conjunto da obra e da trajetória política de João Bernardo no período de 1965 a 1991 quando do seu envolvimento nas lutas políticas anti-salazaristas em Portugal, como estudante de História (1965), militante do Partido Comunista Português (PCP) (1965 – 1966), como organizador dos Comitês Comunistas Revolucionários (CCRs) (1970 – 1974) a partir de Paris quando ali esteve exilado (1968 – 1974); em Portugal como principal articulador do jornal Combate (1974 – 1978) durante o “processo revolucionário em curso” da Revolução dos Cravos; e sua atuação docente-militante no Brasil (1984 – 1991) com a apresentação de cursos livres em inúmeras universidades, sindicatos e, especialmente na CUT. E ao seu final desenvolvo rápida exposição sobre um aspecto pouco referido dessa trajetória: a sua atuação política no exílio em Paris junto à organização dos CCRs em Portugal na luta contra o fascismo salazarista. Ressalve-se o caráter provisório da minha argumentação, já que a pesquisa que desenvolvo sobre a trajetória política e o conjunto da obra do autor encontra-se em estágio de recolha de material e formulação de entrevistas que faço com alguns dos muitos personagens que junto com João Bernardo estiveram envolvidos nas lutas anti-salazaristas, principalmente os que participaram da organização dos CCRs, e os que participaram das práticas autogestionárias em torno da experiência do coletivo COMBATE.

João Bernardo Maia Viegas Soares nasceu em 1946 na cidade do Porto em Portugal. Em 1965, acusado de agressão ao Professor Paulo Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa, foi expulso de todas as universidades portuguesas por um período de oito anos<sup>1</sup>. Era militante do PCP, mas nesse momento (1965-1966) já estava

---

<sup>1</sup> João Bernardo foi impedido judicialmente de estudar em qualquer Universidade portuguesa em condenação imposta pelo Supremo Tribunal de Justiça por causa de uma suposta agressão ao Reitor da Universidade de Lisboa acontecida em 01 de abril de 1965 quando o autor era aluno do primeiro ano do Curso de História na Faculdade de Letras. Desse acontecimento, na verdade uma discussão com o Reitor e não uma agressão – luta corporal houve com dois funcionários que impediram a aproximação de João Bernardo ao Reitor, elaborou-se extenso processo criminal que culminou em 1966 com a sentença da

sob influência do programa comunista dissidente desenvolvido pelo *Camarada Campos* (Francisco Martins Rodrigues), programa apresentado na revista *REVOLUÇÃO POPULAR* (editada por Martins Rodrigues) e que teria como corolário a organização maoísta do CMLP (Comitê Marxista Leninista Português). João Bernardo esteve sob influência do programa de Martins Rodrigues, mas não participava da organização do CMLP, manteve-se vinculado ao PCP (até 1966, quando o abandona) e diante da heterodoxia do programa de Martins Rodrigues, organizou no período de 1967 a 1969 um programa teórico político em defesa de um “maoísmo libertário” que teve como corolário institucional a organização dos CCR, práticas que o levaram tanto ao rompimento político com o PCP como ao rompimento ideológico com o CMLP.

Se pudesse referir-me de modo simplificado às principais matrizes teóricas e políticas do comunismo português do período, as descreveria historiograficamente sob o acento das intervenções de Álvaro Cunhal (PCP), de Martins Rodrigues (CMLP) e de João Bernardo (CCRs). Foi no exílio, em Paris, que João Bernardo (sob o pseudônimo de “Tiago”), organizou os CCRs e lhes deu uma marca teórica emblemática para o marxismo português, essa marca está exposta numa série de artigos – “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” – que escreveu no jornal *VIVA O COMUNISMO*, periódico dos CCRs.

Em paralelo a esse debate programático organizacional, o autor dava os primeiros movimentos ao seu modelo teórico marxista, modelo esse que além de assinalar seu rompimento com as diretrizes do stalinismo pecepista, com o maoísmo do CMLP, haveria também por demarcar em fins de 1972 os pontos de ruptura com o maoísmo dissidente dos CCRs. De um leninismo radical que defendera como modelo de prática política ideal junto aos CCRs, no período de 1973 a 1974, por causa dos resultados teóricos do esforço investigativo que envidou sobre a política comunista portuguesa, a política institucional do comunismo internacional (em especial o do modelo chinês) e fundamentalmente sobre as novas composições das classes dominantes portuguesas no momento do governo de Marcelo Caetano, João Bernardo

---

expulsão de todas as universidades pelo período de oito anos. O Advogado Álvaro Soares (pai de João Bernardo) defendeu o acusado sem sucesso, produziu, no entanto, nessa defesa, dois documentos notáveis que desmontam na retórica da acusação os sofismas judiciais de um regime fascista. Em fins de 1967, pela repressão imposta pela PIDE contra as agremiações políticas dos estudantes, João Bernardo decide-se pelo exílio em Paris. Sobre a expulsão de João Bernardo e a defesa do seu advogado, consultar: Álvaro Soares. *Recurso do Estudante João Bernardo Maia Viegas Soares da pena disciplinar de oito anos de exclusão de todas as escolas nacionais*. Lisboa: Edição do Autor, 1966, 74 p.; e ainda, Álvaro Soares. *PARA O PLENO. Reclamação do despacho que não admitiu o recurso ao Estudante João Bernardo Maia Viegas Soares do Acórdão que confirmou a pena disciplinar de oito anos de exclusão de todas as escolas nacionais*. Lisboa: Edição do Autor, 1968, 59 p.

apontava o seu rompimento com a tradição marxista-leninista ortodoxa e passará a desenvolver a partir dessa conjuntura as bases teóricas de um comunismo heterodoxo de práticas institucionais autogestionárias. A primeira versão global desse novo modelo teórico do autor aparece em 1975, quando publica o livro *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*<sup>2</sup>, o documento maior do movimento autogestionário português representado nas práticas do coletivo reunido em torno do jornal COMBATE<sup>3</sup>.

Ao longo da década de 1970 em trabalho que desenvolve até o presente momento, o autor deu seqüência às suas pesquisas como investigador autodidata realizando-as em algumas das principais bibliotecas europeias, em França, Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal. Esse trabalho de pesquisa teve como resultado nos últimos anos um conjunto de obra teórica e obra historiográfica radicalmente coerente na sua integralidade com as práticas teórico-ideológicas desenvolvidas nas lutas políticas das décadas de 1960 e 1970, não que isso signifique que o autor continue a defender o mesmo programa de antes, ao contrário, o que quero afirmar é que o autor mantém ao longo das últimas décadas a mesma atitude intelectual, isto é, revisa e amplia as bases conceituais do modelo teórico anticapitalista que o seu marxismo heterodoxo propõe como interpretação das formas e práticas institucionais do capitalismo na sua experiência contemporânea de capital transnacionalizado.

É característica fundamental desse conjunto de obra, a constante revisão e atualização de alguns aspectos programáticos que, no entanto, não lhe alteram o estatuto fundamental: manter a atualidade do programa teórico-político do comunismo marxista autogestionário, programa centrado no conceito de exploração e na redefinição (junto a Marx) do estatuto teórico da mais-valia, da lei do valor nas práticas recentes do capitalismo e é nesse sentido que o autor procura desenvolver uma agenda política sempre atual que desvele as contradições sociais imanentes às práticas institucionais da organização da exploração capitalista e essa agenda demarca-se pela defesa intransigente das lutas autonomistas dos trabalhadores oriundas dos laços de sua solidariedade germinados dessas práticas anticapitalistas, principalmente aquelas que se

---

<sup>2</sup> João Bernardo. *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto: Afrontamento, 1975. Este livro já tinha sido parcialmente redigido em Paris em 1972, Rita Delgado confirma a leitura do manuscrito nessa data (entrevista por e-mail em 15 de fevereiro de 2006). O livro foi traduzido para o espanhol (Espanha) em 1976.

<sup>3</sup> Importa ressaltar que vários textos de João Bernardo, textos programáticos e textos de análise conjuntural eram publicados pelas Edições CONTRA-A-CORRENTE que o Coletivo do jornal COMBATE organizara nas cidades do Porto e Lisboa em fins de 1974. Foram publicados trinta e um textos (em forma de brochuras) e vários deles, de autoria de João Bernardo foram depois traduzidos na Inglaterra e na Espanha.

antepõem ao capitalismo dos sindicatos, uma das expressões máximas do capitalismo de gestores.

Como resultado dessa operação teórico-política determina-se como central ao conjunto de seu pensamento e obra a caracterização histórica das práticas políticas dos GESTORES como classe dominante na lógica da reprodução capitalista, classe dominante que se define historicamente no capitalismo ao lado e depois se sobrepondo à outra classe dominante: a Burguesia, isto porque, afirma o autor, os Gestores seriam a expressão institucional do controle e organização da exploração global capitalista sobre a força de trabalho assalariada. Assim, o capitalismo dos gestores e a conseqüente, porque obrigatória, redefinição do estatuto marxista da Lei do Valor, são os emblemas-síntese da originalidade programática do marxismo de João Bernardo e some-se a esses aspectos estruturais de sua obra a sempre permanente busca por uma reflexão epistemológica que se defina como modelo operacional de investigação global para as Ciências Sociais e Ciências Humanas em geral, centrada na explicação de como se estruturam e definem as práticas ideológico-institucionais dos indivíduos e das classes sociais na reprodução societária do capitalismo contemporâneo.

O autor tem diferentes tipos de publicações, diferentes pelos propósitos políticos e pedagógicos do alcance proposto na conjuntura da edição. Há títulos de resposta conjuntural que colocam em prática analítica o modelo teórico desenvolvido com mais detalhamento e rigor em outros títulos. Exemplos de trabalhos de conjuntura, de resposta política do intelectual em intervenção crítica aos problemas conjunturais do capitalismo que lhe é contemporâneo, são os livros: 1) *O Inimigo Oculto. Ensaio sobre a luta de classes. Manifesto antiecológico* (Porto: Afrontamento, 1979); 2) *Crise da Economia Soviética* (Coimbra: Fora do Texto, 1990); 3) *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. Ainda há lugar para os sindicatos?* (São Paulo: Boitempo, 2000); e 4) *Democracia Totalitária – teoria e prática da empresa soberana* (São Paulo: Cortez, 2004); e ainda o livro escrito em parceria com Luciano Pereira – *Capitalismo Sindical* (São Paulo: Xamã, 2008).

Outros títulos marcam-se como obras de investigação historiográfica, é o caso da trilogia – *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial. Séculos V-XV* (03 volumes) (Porto: Afrontamento, 1995, 1997 e 2002). Junto a essa está o estudo – sem similar na Historiografia de língua portuguesa – *Labirintos do Fascismo. Na Encruzilhada da Ordem e da Revolta* (Porto: Afrontamento, 2003), inicialmente apresentado como tese de Doutorado em Ciência Política defendida na

UNICAMP em 1995. Nesses trabalhos a originalidade do modelo marxista do autor mantém-se em toda a sua expressão, por exemplo, na última obra citada, apresenta-se em centenas de páginas a demonstração historiográfica da ação de classe dos gestores ao longo do século XX, se em outras obras a discussão conceitual sobre os gestores como classe dominante no capitalismo aparece como estruturação teórica no embate conceitual interno do marxismo contemporâneo, nesse livro o que se observa é a demonstração historiográfica da materialidade fática da ação de classe dos gestores. O autor preparou esse livro ao longo de pelo menos duas décadas, seu rascunho, seu desenho inicial já estava apontado num ensaio que compõe uma das partes do livro – *Capital, Sindicatos, Gestores* (São Paulo: Vértice, 1987), livro que caracterizará outro tipo de publicações do autor, aquelas obras resultantes de cursos que ministrou no Brasil ao longo dos últimos vinte e cinco anos <sup>4</sup>. O livro – *Estado. A silenciosa multiplicação do poder* (São Paulo: Escrituras, 1998) incorpora-se às mesmas perspectivas.

Esses três conjuntos de publicações estão sustentados por uma série de livros que demarcam o núcleo duro, a centralidade do projeto teórico político do marxismo de João Bernardo, refiro-me aos trabalhos de *teoria* em obras como: *Marx Crítico de Marx. Epistemologia, Classes Sociais e Tecnologia* (03 volumes) (Porto: Afrontamento, 1977) e *Dialética da Prática e da Ideologia* (São Paulo: Cortez; Porto: Afrontamento, 1991) <sup>5</sup>.

Com esses trabalhos o modelo teórico do autor configura-se na sua estrutura básica, nos fundamentos epistemológicos de um marxismo radicado em articulada proposição heterodoxa porque asseverado por diálogo de revisão e contestação programática direta com os fundamentos da matriz marxiana e dos clássicos do marxismo contemporâneo. No entanto, é com o livro *Economia dos Conflitos Sociais* (São Paulo: Cortez, 1991 [1ª. Edição]; Expressão Popular, 2009 [2ª. Edição]) que o modelo teórico-político do autor apresenta-se na sua integralidade conceitual, esta é a obra máxima do marxismo de João Bernardo. Os elementos de fundamentação

---

<sup>4</sup> Com o fracasso da experiência política radical do conselhismo na revolução capitalista portuguesa (1974 – 1978), João Bernardo depois de vários anos de estudos em Portugal e em outros países europeus, decidiu-se a vir para o Brasil em 1984. Personagem fundamental para essa tomada de decisão foi o professor Maurício Tragtenberg. Ao longo dos anos seguintes, João Bernardo apresentou seus trabalhos em inúmeros cursos que desenvolveu em programas de graduação e pós-graduação de várias universidades brasileiras.

<sup>5</sup> Estes dois títulos remetem-se diretamente a um artigo que o autor escrevera em 1971 (ainda que se configurem em resultados diametralmente opostos) quando do seu exílio político e que só publicou em 1978, refiro-me a: João Bernardo. “Metodologia Geográfica e Crítica da Geografia Ideológica”. In *Revista Trimestral de Histórias e Idéias*, vol. 01, Porto, Afrontamento, 1978, pp. 53 – 89. Enfatizo a relação apenas para reiterar que as perspectivas teóricas do autor são amplamente debatidas e revisadas em determinação direta às suas práticas institucionais político-pedagógicas.

epistemológica, a caracterização da economia política capitalista nos seus fundamentos básicos – *Condições Gerais de Produção; Unidades de Produção Particular; a lei do valor e a reprodutibilidade das taxas da mais-valia relativa; as formas tecnológicas de exploração dos tempos produtivos; a função do dinheiro; as classes do capitalismo* (burguesia, gestores, proletariado); as formas das *lutas anticapitalistas* nos modelos do *marxismo das forças produtivas* e no das *relações sociais de produção*; os movimentos caracterizadores do Estado no Capitalismo (nas teses do *Estado Restrito* e do *Estado Amplo*), em suma, nessa obra o sentido macroestrutural da totalidade conceitual do marxismo do autor aparece em toda a sua plenitude.

Concluo minha intervenção com uma rápida descrição de um aspecto pouco conhecido na trajetória de João Bernardo – a organização na clandestinidade do exílio em França dos Comitês Comunistas Revolucionários (CCRs).

A defesa do método marxista, a defesa do materialismo dialético, como arma obrigatória do revolucionário comunista, a ênfase em tal termo justificava-se contra o oportunismo e o dogmatismo que alimentava o programa do PCP, aspecto que segundo o documento de fundação dos CCRs<sup>6</sup> seria o principal responsável pelo “atraso ideológico” em que permanecia o proletariado português, situação originada pela “forte presença de ideários pequeno-burgueses”, manifestados por Álvaro Cunhal e pelo Partido Comunista Português (PCP). A grande meta dos CCRs era combater esse “atraso ideológico”, combater o revisionismo “frentista” republicano do PCP. Junto às perspectivas “republicanas” pequeno-burguesas do PCP, o documento inaugural dos CCRs manifestava também a sua discordância com as possibilidades para Portugal de práticas políticas do modelo castrista-guevarista, porque a importação do mesmo implicaria, entre outros problemas, no “foquismo”, que para os CCRs significaria uma prática política insurrecional distante das concretas práticas políticas revolucionárias do proletariado português, essa seria uma experiência de ação prática igualmente pequeno-burguesa.

Termo central dessa declaração era a diferença política dos CCRs com o CMLP. Os CCRs reconheciam o importante papel teórico do CMLP, já que esta agremiação fora a responsável pela “primeira tentativa de análise científica da realidade portuguesa e de interpretação comunista dessa realidade” (DPCCR, p. 03). Essa “interpretação

---

<sup>6</sup> “Declaração de Princípios dos Comitês Revolucionários Marxistas Leninistas”. Paris / Lisboa, Janeiro de 1970 (Arquivo pessoal de Rita Delgado, a quem agradeço a disponibilização de uma cópia deste documento [e de vários outros]. Rita Delgado foi militante dos CCRs). Doravante, este documento será citado no corpo do texto como DPCCR, seguido do número da página citada.

comunista” apareceu na série de artigos escrita por Francisco Martins Rodrigues (“Camarada Campos”) nos seis números da revista *Revolução Popular*<sup>7</sup>. Enfim, com a ênfase na formação intelectual do militante a principal proposta indagada pelos CCRs era a de acabar com o “seguidismo”, a falsa disciplina de caserna, a mentalidade de sargento “comum ao partido de Cunhal e a grupos que se dizem marxistas-leninistas” (DPCCR, p. 05).

Para os CCRs o militante comunista com o uso do método marxista deveria saber a analisar a realidade histórica e a discuti-la e assim, saber “criticar e autocriticar-se” diante das realidades dos fatos conjunturais a que estivesse envolvido, só assim se poderia consolidar uma organização comunista disciplinada. Esse foi um dos principais propósitos do jornal *VIVA O COMUNISMO!* – apresentar-se como um jornal teórico de reflexão marxista sobre os principais problemas do capitalismo, essa prática teórica contrária aos “vícios” dos modelos comunistas então criticados foi levada a seu termo de modo intransigente por João Bernardo “Tiago” e a série de artigos “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” afirma-se como um expressivo exemplo desses propósitos, os artigos não apenas recuperam a historicidade dos fatos políticos do comunismo português daquele período, como afirmam ainda o sentido inaugural do marxismo bernardiano à realidade estrutural do capitalismo português, principalmente no que se refere às mutações de classe acontecidas no campo da exploração em fins da década de 1960<sup>8</sup>.

As premissas dos CCRs radicavam-se num leninismo “puro”, enquanto comitês deveriam nas suas zonas de influência afirmar-se como vanguarda operária, a ampliação dos comitês e a crescente mobilização desse trabalho prático de autonomia teórica e rigor com a organização operária é que poderia desencadear o processo de conversão num Partido, só assim “os Comitês Comunistas Revolucionários se poderão converter no Partido Comunista Revolucionário” e “só na fase de partido” é que a organização dos

<sup>7</sup> A revista *Revolução Popular* que teve a edição de seis números circulou entre 1964 e 1965.

<sup>8</sup> Essa série tem ao todo quatro artigos escritos por João Bernardo (artigos não assinados) apresentados na seguinte ordem cronológica: 1) “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” – 1ª. Parte: limitações e promessas no despontar de uma nova etapa do movimento revolucionário (de Janeiro de 1964 a Dezembro de 1965). In *VIVA O COMUNISMO!*, n° 02/03, Paris / Lisboa, julho – agosto de 1970, pp. 02 – 28; 2) “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” (continuação) – 2ª. Parte: a degenerescência dogmática – origem e efeitos (de princípios de 1966 a fins de 1968). In *VIVA O COMUNISMO!*, n° 04, Paris / Lisboa, maio de 1971, pp. 18 – 42; 3) “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” (continuação) – 3ª. Parte: as cisões (de 1966 a 1969 – 70). In *VIVA O COMUNISMO!*, n° 05, Paris / Lisboa, maio de 1972, pp. 27 – 51; 4) “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” (conclusão) – 4ª. Parte: A situação actual – grandes tendências e a clarificação de posições. In *VIVA O COMUNISMO!*, n° 06, Paris / Lisboa, agosto de 1972, pp. 02 – 34.

CCR poderia então “desencadear e conduzir acções de massas”<sup>9</sup>. Antes de se firmar historicamente um autêntico partido marxista-leninista de massas, a necessidade dos comitês – os CCRs, e com esses a reflexão teórica sobre a realidade histórica para assim se conseguirem os instrumentos teórico-práticos da verdadeira luta de classes. Os CCR teriam a função de preparar a vanguarda que organizará o futuro Partido Comunista.

Contudo, nessa análise histórica das práticas gestoriais do comunismo internacional (principalmente o modelo de Capitalismo de Estado Chinês), do capitalismo e da experiência capitalista portuguesa em particular (destacando-se as mutações originadas com o “marcellismo” – hegemonia do capital financeiro e a ascensão da tecnocracia industrial e financeira [aqui se definem para o autor os fundamentos teórico-históricos para a caracterização dos Gestores como classe dominante capitalista] como classe), dessa análise global, o modelo teórico derivado, paradoxalmente, impossibilitava a continuidade do projeto político de bases marxistas-leninistas, porque, constatava o autor, que as mutações, as práticas de organização da exploração capitalista ao asseverarem os gestores como classe dominante, o princípio organizatório da luta operária centrado no partido acabaria por reproduzir na verticalidade de suas hierarquias os mesmos procedimentos gestoriais tecnocráticos, assim, a busca por um leninismo radical, levou o autor e facções dos CCRs a romper com o próprio leninismo de origem e afirmar o princípio autogestionário das lutas sociais anticapitalistas<sup>10</sup>. Das posições contrárias à política de Cunhal e do PCP – a política da unidade de todos os portugueses “honrados”, do levantamento nacional antifascista sob hegemonia da burguesia nacional, da posição contrária aos limites organizacionais do CMLP, ainda que de acordo com o programa do “Camarada Campos”, das premissas de um método marxista-leninista, o autor descobriria na realidade dos fatos a impossibilidade de uma prática política partidária centralizada num partido comunista.

Com a marca inicial da dissidência maoísta dos CCRs no campo da ortodoxia marxista-leninista portuguesa, as propostas dissidentes de João Bernardo levaram-no à “superação”, à ultrapassagem dos limites históricos do programa inicial dos CCRs. O marxismo bernardiano sempre teve a marca da revisão programática, a partir do método marxista enfrentar os cânones da tradição ortodoxa e na conjuntura da luta antifascista

---

<sup>9</sup> Ver “‘À esquerda de Cunhal’ todos os gatos são pardos” (Conclusão) – 4ª. Parte... Op. Cit., p. 28.

<sup>10</sup> O documento que explicita a cisão nos CCRs por outras práticas políticas de cariz anti-leninista foi escrito por João Bernardo e José Mariano Gago e apareceu em Janeiro de 1974 com o título: “Que Fazer – Hoje?” (Mimeografado). Paris / Lisboa, 1974, 12 p.

em Portugal, mesmo quando defendia uma ortodoxia radical sempre esteve a afirmar a marca da ruptura heterodoxa. Com sua prática ultrapassava os limites estruturais do “*seguidismo*” institucional ortodoxo e afirmaria doravante como possibilidade revolucionária concreta as práticas solidárias da luta autonomista e do controle social no cotidiano das bases produtivas globais porque nessas é que se poderão institucionalizar as possibilidades do comunismo como modo de produção.